



SANTA MARIA

Administração e Participação S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e relatório do auditor independente

gerado pela Controlada Santa Maria. A vigência do contrato iniciou em 1º de janeiro de 2017 e finaliza em 31 de dezembro de 2018.

	Consolidado	
	2017	2016
Adiantamento - Venda Energia Elétrica Futura	4.882	9.000
Outros adiantamentos	4.153	1.038
	9.035	10.038

21 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição dos saldos

Os saldos de ativos e passivos diferidos reconhecidos apresentam-se como segue:

	Diferido ativo		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	17.166	18.016		
Diferenças temporárias				
Valor justo de ativo fixo ("deemed cost")			(100.643)	(101.584)
Ajuste de depreciação pela vida útil			(22.729)	(21.640)
Custos de empréstimos capitalizados			(6.502)	(5.720)
Valor justo do negócio da madeira	5.560	5.560		
Outros			(3.963)	(3.851)
	22.726	23.576	(133.837)	(166.639)
Tributos diferidos passivos, líquidos			(111.111)	(143.063)

O Grupo estima que os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais registrados se realizem nos próximos quatro anos.

(b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016
Lucro antes dos tributos	6.547	2.088
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais		
Outras exclusões (adições)	(2.226)	(710)
IRPJ e CSLL apurados	(10.138)	(407)
Corrente diferidos	(7.351)	(1.296)
IRPJ e CSLL apurados	(12.364)	(1.117)

22 Provisão para ações judiciais e depósitos judiciais

a) Depósitos judiciais

	Consolidado	
	2017	2016
Depósitos judiciais de natureza tributária	3.092	2.835
Depósitos judiciais de natureza trabalhista	3.697	3.401

b) Natureza das contingências

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários, cíveis e trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. A Companhia e suas controladas, com base na opinião de seus advogados internos e de seus consultores legais externos, avalia a necessidade ou não de provisão para cobrir eventuais riscos de contingências tributárias, cíveis ou trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e suas controladas não possuíam processos para os quais houvesse a necessidade de constituição de uma provisão para contingências.

Em outubro de 2017, a sua controlada Santa Maria Papel e Celulose aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) referente a desistência do Processo Administrativo Fiscal número 10940722173/2013-49. A opção selecionada pela Administração na adesão ao parcelamento está baseada no Artigo 2º, inciso IV, da Lei 13.796 de 24/10/2017, com pagamento mínimo de 24% (vinte e quatro por cento) da dívida consolidada, dividido em 24 (vinte e quatro) parcelas e o restante liquidado com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativo da CSLL. Entretanto, a Companhia não registrou o passivo decorrente da adesão ao parcelamento, pois em 31/12/2017, a Receita Federal do Brasil não havia homologado tais valores. Este passivo deveria ser apresentado líquido da compensação do tributo diferido ativo registrado no valor de R\$ 16.626 e do saldo de R\$ 1.496 já quitado, registrado no ativo circulante.

c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia e suas controladas têm ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

	Consolidado	
	2017	2016
Cível	141	117
Tributária (i)	39.196	29.448
Trabalhista (ii)	7.124	3.101
	46.461	32.666

(i) Refere-se, principalmente: (a) a ação, no valor de R\$ 30.747, movida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil contra a controlada Santa Maria Cia. de Papel e Celulose, relativa ao pagamento efetuado à acionista pessoa física. A variação refere-se, principalmente, a atualizações monetárias;

(ii) A variação refere-se, principalmente, a novos processos do ano de 2017, em função da reestruturação organizacional ocorrida em suas controladas, a partir do ano de 2014.

23 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social é dividido em 9.030.414 ações sem valor nominal, pertencentes a pessoas físicas residentes no país, que correspondem a R\$ 46.915.

	Ações	
	2017	2016
Pessoas físicas residentes no país	9.030.414	9.030.414
	9.030.414	9.030.414

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

O Grupo reconhece nesta rubrica o efeito reflexo de controladas referente ao saldo da reserva de reavaliação, bem como do valor justo correspondente ao deemed cost. O efeito acumulado será revertido, quando aplicável, para o resultado através da depreciação dos bens reavaliados ou através da alienação do imóvel.

(c) Dividendos

Conforme o estatuto social da Companhia, deverão ser distribuídos 25% do lucro do exercício como dividendos mínimos, após a compensação de prejuízos acumulados.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Distribuição de dividendos				
Saldo inicial	3.140	4.028	3.140	4.028
Distribuição de lucros	2.603	3.389	2.603	3.389
Dividendos pagos	(3.477)	(1.571)	(4.768)	(4.200)
Saldos a pagar	2.266	3.139	2.266	4.028

(d) Mudança na participação de Controladas

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada Santa Maria Cia de Papel e Celulose consolidou sua participação na Curucaca Geradora S.A. conforme a modalidade de Joint Operation, eliminando a parte dos não controladores.

A controlada Santa Maria Cia. de Papel e Celulose, alterou o tratamento contábil do método da equivalência patrimonial, utilizado em 2015 e 2016, para a contabilização de ativos e passivos em relação à sua participação em operação em conjunto - CPC 19 (joint operation). A alteração ocorreu em 2017, pois, em períodos anteriores a UHE estava em período de testes para geração assegurada de energia elétrica, além da revisão e ajustes nos equipamentos, procedimentos estes executados pelos fornecedores e necessários para colocar em operação todo o complexo UHE Salto Curucaca, tendo condições técnicas de proceder a conclusão do investimento e o encerramento da obra.

24 Receita

	Consolidado	
	2017	2016
Receita bruta de vendas		
Mercado interno	549.554	437.359
Mercado externo	28.337	31.047
Impostos sobre vendas	(106.647)	(100.047)
Outras deduções (i)	(1.277)	(2.080)
Receita líquida das vendas	469.972	366.279

(i) Outras deduções se referem, principalmente, a devoluções.

25 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Gerais				
Contribuição previdenciária			62	82
Baixas de ICMS sobre ativo imobilizado-saldas isentas e não tributadas			21	33
Diferencial de ICMS sobre aquisições de ativo imobilizado			16	20
Contribuição sindical patronal		53	72	119
Juros de mora e multa (i)			4.096	1.181
Impostos, taxas e contribuições	4		222	152
Outras despesas	1	4	18	70
	5	57	4.507	1.657
Administrativas				
Salários e benefícios a empregados			5.320	7.343
Serviços de assessoria, auditoria e manutenção	67	45	8.053	5.776
Despesas de conexão e uso do sistema				1.187
Viagens e estadias			635	3
Materiais de manutenção de equipamentos de informática			768	783
Brindes e presentes			52	34
Veículos			110	431
Depreciação e amortização			875	951
Outras despesas (receitas) administrativas	47		2.113	1.319
	114	45	17.926	17.827
	119	102	22.433	19.484

(ii) A variação na conta reflete a incidência de juros de mora e multas sobre pagamentos dos seguintes tributos: IPI, ICMS, PIS e COFINS, pela controlada Santa Maria.

26 Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado	
	2017	2016
Outras receitas operacionais		
Créditos tributários (a)	2.795	3.682
Venda de imobilizado (b)	1.138	6.438
Vendas de materiais diversos	732	751
Arrendamento (c)	8.672	
Outras receitas	309	111
	13.646	10.982
Outras despesas operacionais		
Custos na baixa por perda de bens do ativo imobilizado	(1.339)	(3.299)
Perdas no recebimento de créditos	(1.673)	(421)
Baixa de ativos	(731)	(842)
Programa de recuperação fiscal	(5.212)	(7.987)
Programa de participação nos resultados	(3.762)	(806)
Custo na venda de materiais diversos	(303)	(471)
Comissões serviços	(6.240)	(4.037)
Outras despesas	(413)	(810)
	(19.673)	(18.673)
	(6.027)	(7.691)

a) Créditos tributários, se referem, principalmente, a créditos de PIS e COFINS sobre insumos referentes aos anos de 2012 a 2015 e aos meses de janeiro a junho de 2016, da controlada Santa Maria Cia. de Papel e Celulose;

b) As vendas de imobilizado, se referem, principalmente, a venda de veículos e tratores da operação de Corte, Carregamento e Terraplanagem para empresa Três Capões S.A., pela controlada Santa Maria Cia. de Papel e Celulose.

c) Receita proveniente de arrendamento de área florestal da controlada Reflorestadora São Manoel Ltda.

27 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Variações nos estoques de produtos acabados e em elaboração produtos			994	1.793
Matérias-primas e materiais de consumo			204.038	215.681
Produtos agrícolas, ativo biológico e lotes de terrenos			120.403	
Salários e benefícios a empregados			32.178	33.975
Despesas de manutenção			11.544	13.775
Depreciação, amortização e exaustão			7.997	8.564
Despesas de transportes (i)			28.797	16.953
Outras despesas	119	102	21.207	25.607
Custo das vendas, custos de distribuição e despesas administrativas	119	102	427.158	316.348
Custo dos produtos vendidos			381.416	271.420
Despesas com vendas			23.126	25.195
Despesas gerais e administrativas	119	102	22.433	19.484
Honorários do pessoal chave da administração			183	249
Total dos custos e despesas	119	102	427.158	316.348

(i) A variação se refere a mudança na apresentação das despesas com transporte variando entre deduções da receita e despesas com vendas.

28 Receita e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras			746	550
Juros ativos			734	1.038
Descontos obtidos			184	53
Juros sobre mútuos e variação monetária			2.875	
Outros				3
			4.539	1.644
Despesas financeiras				
Atualização monetária do parcelamento fiscal (Nota 19 (b))	(3)	(1.774)	(2.756)	
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos (i)			(37.270)	(28.422)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos			65	(3.149)
Juros sobre mútuos			(966)	(1.856)
Outros	(2)	(1)	(2.430)	
Outros			(1.878)	(4.295)
Variação cambial, líquida			425	10
	(2)	(4)	(43.828)	(40.468)
	(2)	(4)	(39.289)	(38.824)

(i) Refere-se, principalmente, a alguns contratos de empréstimos e financiamentos de capital de giro, com juros mensais de 0,47% + CDI-Certificado de Depósito Interbancário.

29 Seguros

O Grupo, mediante uma avaliação de risco realizada e tendo em vista a relação custo x benefício, mantém a política de autoseguro para cobrir eventuais sinistros nos ativos com recursos próprios. Essa política foi implementada pelos administradores em comum acordo com os acionistas. As premissas de riscos adotadas, dada a natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

DIRETORIA	
Marcelo Podolan Lacerda Vieira	Diretor Presidente
Wanderleia Lacerda Vieira Caron	Diretora
CONTADOR	
Antonio Jorge Huchak	CRC PR-064428/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Santa Maria Administração e Participação S.A.

1 Opinião com ressalvas
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Santa Maria Administração e Participação S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Santa Maria Administração e Participação S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Maria Administração e Participação S.A. e da Santa Maria Administração e Participação S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2 Base para opinião com ressalvas
Ausência de registro contábil da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT")
Conforme mencionado na nota 22 (b) às demonstrações financeiras, durante o exercício de 2017, uma controlada da Companhia aderiu ao PERT com a inclusão de débitos tributários que se encontravam em discussão administrativa, desistindo de quaisquer impugnações ou recursos administrativos sobre o tema. A administração optou pelo pagamento mínimo de 24% (vinte e quatro por cento) da dívida consolidada em vinte e quatro prestações e a liquidação dos restantes com a utilização de créditos acumulados de prejuízo fiscal de imposto de Renda da Pessoa Jurídica e de base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Entretanto, a Companhia e sua controlada não registraram nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os efeitos dessa adesão. Como consequência, em 31 de dezembro de 2017, na controladora, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 22.040 mil, e o prejuízo do exercício findo nessa data, está apresentado a menor pelo referido montante. Adicionalmente, no consolidado, os ativos circulante e não circulante estão apresentados a maior em R\$ 1.496 mil e R\$ 16.626 mil, respectivamente, em função da ausência de reversão dos referidos créditos tributários utilizados no PERT, bem como os passivos circulante e não circulante estão apresentados a menor em R\$ 5.988 mil e R\$ 1.710 mil, respectivamente, em função da ausência de reconhecimento do passivo tributário referente à adesão ao PERT; ainda, o patrimônio líquido está apresentado a maior em R\$ 25.820 mil e o prejuízo do exercício findo nessa data a menor pelo referido montante, líquido dos efeitos tributários.

Ausência do registro do valor justo referente ao ativo biológico
Conforme mencionado na nota 14 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, uma controlada da Companhia deixou de reconhecer uma parcela que indicava redução do seu valor justo das florestas que compõe o ativo biológico. Essa prática está em desacordo com o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. Consequentemente em 31 de dezembro de 2017, na controladora, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 2.130 mil e o prejuízo do exercício está apresentado a menor no referido montante. No consolidado, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 2.782 mil e o prejuízo do exercício está apresentado a menor pelo referido montante.

Ausência de reconhecimento de receita em controlada
Em 31 de dezembro de 2017, uma controlada da Companhia, deixou de reconhecer receita líquida de vendas de terrenos no montante de R\$ 3.116 mil e custo correspondente de R\$ 2.400 mil. Essa prática está em desacordo com o Pronunciamento Técnico CPC 30 (R1) - Receitas. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante e o passivo circulante estão apresentados a menor em R\$ 5.716 mil e R\$ 259 mil, respectivamente; ainda, o patrimônio líquido está apresentado a menor em R\$ 5.457 mil e o prejuízo do exercício findo nessa data está apresentado a maior pelo referido montante, líquido de impostos, tanto na controladora como no consolidado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

3 Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

4 Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio